



UNILAB

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA
INSTITUTO DE CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM GESTÃO PÚBLICA**

MARTA MARIA NOGUEIRA CAVALCANTE

**CONSELHO ESCOLAR: LIMITES E POSSIBILIDADES DE UMA GESTÃO
DEMOCRÁTICA PARTICIPATIVA**

PIQUET CARNEIRO

2018

MARTA MARIA NOGUEIRA CAVALCANTE

CONSELHO ESCOLAR: LIMITES E POSSIBILIDADES DE UMA GESTÃO
DEMOCRÁTICA PARTICIPATIVA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

Orientadora: Profa. Me. Vanessa Ingrid da Costa Cardoso.

PIQUET CARNEIRO

2018

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Cavalcante, Marta Maria Nogueira.

C364c

Conselho escolar: limites e possibilidades de uma gestão democrática participativa / Marta Maria Nogueira Cavalcante. - Redenção, 2018. 34f: il.

Monografia - Curso de Especialização em Gestão Pública, Instituto De Ciências Sociais Aplicadas, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2018.

Orientador: Prof. Me. Vanessa Ingrid da Costa Cardoso.

1. Conselhos de educação - Brasil. 2. Conselhos. 3. Participação democrática. I. Título CE/UF/BSCL CDD 379.1531

MARTA MARIA NOGUEIRA CAVALCANTE

CONSELHO ESCOLAR: LIMITES E POSSIBILIDADES DE UMA GESTÃO
DEMOCRÁTICA PARTICIPATIVA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em
Gestão Pública da Universidade da Integração
Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
como requisito parcial à obtenção do título de
Especialista em Gestão Pública.

Aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Vanessa Ingrid da Costa Cardoso (Orientador)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof. Me. Eduardo Soares Parente
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof. Me. Maria do Socorro Maia Silva
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

AGRADECIMENTOS

Ao encerrar mais este processo, agradeço a Deus, minha fortaleza e meu refúgio. Agradeço por me permitir alcançar mais esta conquista e por me dar forças e perseverança em todos os momentos da minha existência.

À minha família, que sempre será o motivo principal das minhas conquistas e do meu amor.

À minha amiga Renata Alves, que dividiu comigo mais esta aventura acadêmica. Obrigada pelo companheirismo e amizade, com você foi mais fácil caminhar.

A todos os conselheiros que aceitaram solidariamente participar deste trabalho.

A todos os colegas da turma 2017.2, que contribuíram significativamente para a conclusão do curso.

À professora Vanessa Ingrid, por toda responsabilidade, comprometimento, disponibilidade e dedicação no processo de orientação. Obrigada pelo aprendizado.

À banca examinadora pela disponibilidade e contribuições dadas.

RESUMO

O controle social, expressão que denomina participação popular passou a ser utilizada como sinônimo do controle atribuído à sociedade civil sobre as ações do Estado. Neste sentido, os Conselhos Escolares são instâncias de controle social, que buscam promover nas escolas gestões democráticas e participativas com a parceria de toda a comunidade escolar, constituída por pais, alunos, professores, demais profissionais da escola e integrantes da comunidade local. O objetivo central da pesquisa foi analisar a atuação do Conselho Escolar no processo democrático participativo em uma escola estadual de Mombaça/CE. Para tanto, buscou-se alcançar os seguintes objetivos específicos: Identificar as dificuldades vivenciadas pelo conselho escolar; Verificar a articulação entre escola e sociedade no processo de participação democrática; Compreender a percepção da comunidade escolar acerca da importância da participação no conselho escolar e, por fim, perceber se a escola aqui estudada pode ser considerada um espaçodemocrático. A pesquisa teve abordagem qualitativa e utilizou-se da entrevista semiestruturada aplicada aos membros do Conselho Escolar. A partir disso obtiveram-se como principais conclusões que os conselheiros compreendem a importância do conselho a partir de suas particularidades. Pontuam também que a falta de participação nas reuniões é uma das principais dificuldades vivenciadas pelo conselho. Já a relação estabelecida entre escola e sociedade é harmoniosa e há uma abertura para o contato, não sendo hierárquica essa relação. Segundo os entrevistados a escola é democrática em sua gestão. Diante do apreendido com a pesquisa, é importante buscar mecanismos e ações que visem fortalecer o conselho e seus conselheiros, tanto no tocante ao conhecimento do que é de fato o Conselho Escolar, bem como de suas atribuições enquanto conselheiros.

Palavras-chave: Conselho Escolar. Conselheiro. Participaçãodemocrática.

ABSTRACT

The social control is an expression that denominates popular participation and it has been used such as a synonymous of society civil control about state actions. In sense with that, the school council are an instance of social control, they seek to promote in the school and democratic and participatory management of the all school community the research arose with the purpose of analyzing the performance of the school council in the participatory democratic process in a community school in Mombaça/CE. It was also sought to identify the difficulties experienced by the school council; to verify the articulation between school and society in the process of democratic participation; understand the perception of the school community about the importance of participation in the school council and to see if the school studied here can be considered a democratic space. The research had a qualitative approach and it was used of the semistructured interview applied to the members of the School Council. From this it was obtained as main conclusions that the advisers understand the importance of the council from its particularities. Moreover they also point out that lack of participation in meetings is one of the main difficulties experienced by the school council. Already the relationship established between school and society is harmonious and there is an openness to contact, and this relationship is not hierarchical. According to those interviewed the school is democratic in its management. Faced with the research, it is important to seek mechanisms and actions aimed at strengthening the board and its counselors, both in terms of knowledge of what the School Board is, as well as its duties as counselors.

Keywords: School Board. Counselor. Democratic participation.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC Ministério da Educação

PNE Plano Nacional da Educação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 OS CONSELHOS COMO MECANISMOS DE CONTROLE SOCIAL	12
2.1 Os Conselhos Escolares como espaços de participação popular	13
2.2 Os Conselhos Escolares como espaços de formação cidadã	14
3 METODOLOGIA	17
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	19
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
REFERÊNCIAS.....	27
ANEXOS	29
ANEXO A	30
ANEXO B.....	31
ANEXO C.....	32
ANEXO D	33

1 INTRODUÇÃO

A participação social nos mais variados espaços decisórios foi fruto da luta organizada de diversos segmentos da sociedade em seu processo de redemocratização na década de 1980. E foi na Constituição Federal de 1988 que houve de fato a concretização do controle social por meio da participação democrática dos sujeitos nas políticas públicas e sociais. Segundo Bravo e Correia (2012), o controle social, expressão que denomina a participação popular, passou a ser utilizada como sinônimo do controle atribuído a sociedade civil sobre as ações do Estado.

Portanto, o país, por meio da Constituição, possibilitou que a sociedade participe da gestão das políticas públicas ampliando o conceito de democracia, que passou a ser mais que a simples ação de votar. Nesse sentido, vem a importância de desconstruir o conceito de democracia apenas no que concerne ao voto e sim mostrar que a participação nas decisões acerca do que ocorre em todo o país é de fundamental importância e é direito do cidadão conquistado após muita luta dos movimentos organizados da sociedade civil.

Entende-se, portanto, a relação constituída entre sociedade civil e Estado, com o intuito de respeitar o cidadão como sujeito participe das decisões de cunho estatal que, dizem respeito, sobretudo, as demandas da sociedade. Nesse contexto, ao entender a educação como política pública e prezando por sua qualidade, gratuidade e universalidade, vem a ser um dos campos do qual se necessita de uma gestão democrática e participativa.

A partir disto, entra em cena a figura dos Conselhos Escolares que, segundo o Portal do Ministério da Educação – MEC (2014) são organismos colegiados com funções deliberativas, consultivas, fiscalizadoras, mobilizadoras e executoras. Tais organismos contam com a presença de toda a comunidade escolar, aqui entendida como o conjunto de professores, núcleo gestor, estudantes, pais e a comunidade local. É, portanto, uma oportunidade de tomada de decisão de forma integrada e coletiva, visando atender às demandas educacionais a partir do entendimento dos sujeitos coletivos que fazem parte do conselho.

Compreender a importância e necessidade de um espaço de discussão e avaliação em uma escola pública é de suma relevância, principalmente por considerar a inserção de adolescentes e jovens que estão em pleno processo de construção de consciência e criticidade. Diante disso, é fundamental que a escola realize seu papel de fomentadora, incitadora de cidadãos pensantes e propositivos diante da realidade que os envolve, materializando a função

da educação, que é nas palavras de Maceno (2005, p.28) “a essência e a função social da educação se dirigem à consciência do homem”. Sendo assim, a consciência do homem é modificada ao introduzi-lo as práticas educacionais, podendo ser, por meio da educação um processo construtivo de consciência crítica e de mudança da perspectiva da sociedade como um todo.

Dessa maneira, ao perceber a importância da participação popular nos espaços de decisão e mais especificamente no âmbito escolar, a questão de pesquisa que se busca responder é: Como ocorre a atuação do Conselho Escolar no processo democrático participativo em uma escola?

Portanto, a presente pesquisa tem como objetivo central analisar a atuação do Conselho Escolar no processo democrático participativo em uma escola estadual de Mombaça/CE. Para tanto, busca-se alcançar os seguintes objetivos específicos: Identificar as dificuldades vivenciadas pelo conselho escolar; Verificar a articulação entre escola e sociedade no processo de participação democrática; Compreender a percepção da comunidade escolar acerca da importância da participação no conselho escolar e, por fim, perceber se a escola aqui estudada pode ser considerada um espaço democrático.

A temática tratada neste estudo é importante, pois dá ênfase a necessária problematização acerca dos espaços de discussão sobre o direito à participação democrática nas políticas públicas. É essencial que se aborde esta temática, seja nas escolas públicas e comunidades escolares, seja no sentido de fomentar o debate na perspectiva de fortalecer o controle social por meio dos conselhos escolares. A contribuição que tais pesquisas dão para a sociedade no que tange a promoção de debates que proporcionam a criticidade dos sujeitos, a divulgação de informações e de conhecimento é fundamental, ressaltando também que pode auxiliar na formulação de novos estudos relacionados ao tema proposto, pois o assunto não se esgota com este trabalho.

2 OS CONSELHOS COMO MECANISMOS DE CONTROLESOCIAL

São muitas as formas que historicamente os conselhos se estruturam, mas sempre com o intuito da participação popular. Segundo o Ministério da Educação (2004), em seu programa de fortalecimento dos conselhos, é somente com o processo de gestão democrática ocorrido com a Constituição Federal de 1988, que:

[...] os conselhos assumem uma nova institucionalidade, com dimensão de órgãos de Estado, expressão da sociedade organizada. Não lhes atribui responsabilidades de governo, mas de voz plural da sociedade para situar a ação do Estado na lógica da cidadania. São espaços de interface entre o Estado e a sociedade. Como órgãos de Estado, os conselhos exercem uma função mediadora entre o governo e a sociedade. (MEC, 2004. p. 20)

Os conselhos representam, portanto, uma forma privilegiada de participação social nas ações do Estado, haja vista que os mesmos estão divididos nos mais diversos espaços federativos, como os conselhos municipais, estaduais e nacionais referentes às políticas públicas de diferentes áreas, como: saúde, educação, assistência social, dentre outras. Existem também conselhos voltados para os direitos da pessoa humana, sejam direitos da mulher, criança e adolescente, idosos, pessoas com deficiência.

Na concepção de Duriguetto (2007, p. 166):

Dentre os mecanismos institucionais de participação social conquistados, destacam-se os Conselhos de Direito – órgãos paritários de representação governamental e não governamental, responsáveis pela fiscalização das políticas públicas em nível da União, Estados e Municípios. [...] Defende-se que sua implementação poderá contribuir para a continuidade do processo de criação de uma cultura democrática, baseada na participação e no controle da coisa pública, podendo significar alteração substantiva no modo de gerir a sociedade e contribuir para o processo organizativo dos setores populares.

Diante do exposto, os conselhos funcionam também como processo para organização dos setores populares, da classe trabalhadora, que são os principais sujeitos demandantes das políticas públicas. Os Conselhos são espaços no qual há a concretização de forma mais expressiva do poder de participação popular. De acordo as palavras de Gohn (2001, p.7), os conselhos são “canais de participação que articulam representantes da população e membros do poder público estatal em práticas que dizem respeito à gestão de bens públicos”. Dessa forma, é a participação conjunta entre Estado e sociedade, visando a formulação, fiscalização e gestão dos bens públicos.

Outro ponto importante que deve ser ressaltado acerca dos conselhos é que os mesmos são organismos importantes para a gestão pública, pois auxiliam na interação entre administração e sociedade e no controle e fiscalização das ações dos setores públicos. Isso ocorre, pois os conselhos são órgãos que materializam o controle social, a participação

popular no âmbito do setor público e podem ser considerados como órgãos de gestão. Segundo Paiva (2004, p.29) “a sociedade controla a Administração Pública ou por mecanismos criados pela própria sociedade dentro do Estado (controle governamental) ou fora dele (Controle Social).” Desse modo, compreende-se que a sociedade realiza o controle da Administração Pública através do que Paiva (2004, p.29) ressaltou de “Controle Governamental e do Controle Social”.

Diante disto, os Conselhos Escolares também são reconhecidos como instância de controle social, pois agregam integrantes da comunidade escolar com a intenção de efetivação do viés democrático nas decisões referentes ao ambiente escolar. Sobre o Conselho Escolar como espaço de participação popular, tratados posteriormente.

2.1 Os Conselhos Escolares como espaços de participação popular

Como já explicitado, foi no processo da Constituinte que se alcançou o direito da participação popular nas decisões da coisa pública e que isso ocorreu a partir da luta dos setores organizados da sociedade brasileira. A luta pela expansão dos espaços de debate e participação popular foi pauta também do movimento dos educadores, incluindo assim a educação como um dos campos de luta e de necessária participação por se tratar de um direito essencial na vida de todo cidadão.

Com isso, a conquista do movimento está contida na Constituição Federal de 1988 no artigo 206, inciso VI no qual consta: “gestão democrática do ensino público”, desse modo, dando legitimação ao processo de participação plena dos sujeitos. Em seguida outro instrumento jurídico trouxe garantias de participação no âmbito educacional. A Lei 9493/1996 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, no qual explicita em seu artigo 14, que:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL,1996)

Outro documento importante para a gestão democrática no nível de escolas públicas é o Plano Nacional de Educação - PNE do ano de 2001. É neste plano que contém a institucionalização dos Conselhos Escolares nas escolas públicas, sejam de nível infantil, fundamental ou médio.

Portanto, o Brasil dispõe de um conjunto articulado de leis que versam sobre a organização e gestão do ensino público. O sistema educacional é então regido por tais leis que orientam as ações, programas, projetos e políticas, bem como tratam sobre a participação da comunidade em cada momento de planejamento e decisão mediante os conselhos escolares.

A efetivação do Conselho Escolar possibilita a vivência por parte da comunidade escolar de uma escola democrática, em que as vontades de todos são expressas, para a partir disso realizar as devidas deliberações. Nas palavras de Dalberio (2008)

[...] a democracia na escola só será real e efetiva se puder contar com a *participação da comunidade*, no sentido de fazer parte, inserir-se, participar discutindo, refletindo e interferindo como sujeito, nesse espaço. É preciso fazer com

que a gestão democrática se realize concretamente na prática do cotidiano escolar. (DALBERIO, 2008, p.3)

A prática democrática no cotidiano escolar deve, portanto, ser incentivada, pois segundo Marques (1990, p. 18 apud Veiga, 2001, p. 21)

A participação ampla assegura a transparência das decisões, fortalece as pressões para que sejam elas legítimas, garante o controle sobre os acordos estabelecidos e, sobretudo, contribui para que sejam contempladas questões que de outra forma não entrariam em cogitação.

Assim sendo, uma escola em que há o envolvimento de toda comunidade escolar no intuito de juntos construir um processo democrático participativo, permite a troca de ideias, opiniões e possibilita que as decisões deliberadas sejam tomadas por meio de consenso e da forma que melhor responda as demandas estabelecidas.

Nesse sentido, o Conselho Escolar vem com a função de fazer cumprir o exposto anteriormente, sendo o espaço de deliberação a partir da participação de todo. Segundo o MEC (2014), é atribuição dos conselhos escolares:

Deliberar sobre as normas internas e o funcionamento da escola, além de participar da elaboração do Projeto Político-Pedagógico; analisar as questões encaminhadas pelos diversos segmentos da escola, propondo sugestões; acompanhar a execução das ações pedagógicas, administrativas e financeiras da escola e mobilizar a comunidade escolar e local para a participação em atividades em prol da melhoria da qualidade da educação (MEC, 2014,s/p)

Portanto, os conselhos são condições necessárias para a efetivação de gestões democráticas e participativas, pois são por meio destes espaços que se há a possibilidade de estabelecer na escola um ambiente de decisões democráticas.

2.2 Os Conselhos Escolares como espaços de formação cidadã

A educação, entendida como complexo social que surge para atender as necessidades do ser que a cria, é fruto das vivências cotidianas, das relações sociais compreendidas em sua totalidade de expressões, que possibilitam a construção de um conceito de educação que não se norteie somente ao conhecimento adquirido em sala de aula.

De acordo com Brandão (2007) a educação é mais uma invenção do homem, de sua cultura em sociedade. Faz parte do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam. O autor reitera ainda que, a educação ajuda a criar os homens e participa do mesmo modo da concepção de suas crenças, no que envolve relações de poder na construção dos tipos

de sociedade. Para Maceno (2005, p. 26) a educação é um processo social e exatamente por isso só ocorre entre os homens e “desse modo, sua gênese apenas pode ser encontrada no processo de constituição do ser social” e como todos os complexos sociais, a educação também surge para responder as necessidades do homem que a cria. Para este autor, “a educação é uma das atividades que atuam sobre a subjetividade, visando influenciar os indivíduos a agirem de formas determinadas, e que têm sua origem no momento em que surge o trabalho”. É nesse contexto que se encontra a força da educação, a de criar homens e determinar o valor de cada um enquadrando-os numa sociedade, nas suas relações de poder e dominação ao atuar em suas subjetividades.

A educação no Brasil não se completa em sua capacidade e potencia, pois não atribui ao aluno a capacidade de refletir, ter pensamento crítico e propositivo, bem como não instrui para a participação e efetivação de sua cidadania, para se viver em sociedade.

A educação é, pois, como afirma Paulo Freire (1987, p.33), ao determinar uma educação “bancária” como prática habitual de ensino, na qual está para moldar, adequar e subordinar os homens a uma lógica condizente com a ideologia dominante. Na educação “bancária” os homens são vistos como seres da “adaptação” do “ajustamento”, para serem domesticados de acordo com o mundo dos que detém poderes e influências. Os homens não desenvolvem sua criticidade, são levados a crer em um mundo sem reflexão, sem questionamentos e são apenas moldados a um pensamento passivo e inconsciente.

Portanto, a educação no Brasil, historicamente, vem a suprir as necessidades de dominação das elites; é um mecanismo de apropriação de pensamentos e de negação do desenvolvimento humano, no momento em que bloqueia o avanço intelectual dos alunos e nega a educação como um direito universal.

Na contramão desta perspectiva de educação, encontra-se a educação libertadora que, segundo Passos (2007, p. 107), é “aquela educação voltada para um projeto que vise a libertação e protagonismo dos setores populares”. A educação libertadora, que é difundida por Paulo Freire, tem como horizonte a libertação dos sujeitos das amarras de sua opressão, buscando a construção de uma consciência na qual o sujeito se perceba enquanto oprimido e saiba identificar o seu opressor. Para Freire (2011, p.72), o homem ainda está em um processo inacabado de sua consciência. Desse modo, pode vir a mudar sua concepção acerca de sua condição de oprimido e somente “quando os oprimidos descobrem nitidamente o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua “convivência” com o regimeopressor”.

Nesse contexto, é expressamente necessário pontuar como os Conselhos Escolares podem, a partir da inserção dos alunos no espaço onde se institui momentos de debates e socialização de conhecimento, capacitação e formação de consciência e pensamento crítico sobre os aspectos da realidade, podem ser úteis para o desenvolvimento de alunos que tenham a capacidade de exercer sua cidadania em uma perspectiva que propõe a participação democrática cidadã e reconhece a urgência de se trabalhar com o coletivo.

Assim, o ambiente educacional da escola pode fomentar a participação desses alunos e buscar proporcionar que se efetive uma educação voltada não para o mero conhecimento acadêmico individual baseado na relação professor e aluno, mas entendendo a amplitude que a participação social pode gerar na vida desses sujeitos enquanto seres que estão enfrentando o difícil processo de formação de opinião e, visualizam na escola exemplos a serem seguidos como inspiração.

3 METODOLOGIA

Para a realização da presente pesquisa, tomou-se como base, técnicas e métodos utilizado no âmbito da pesquisa social. De acordo com Yamamoto (1998, p.17), a pesquisa exige um “mergulho na realidade social”. Portanto, é necessária uma análise acerca da realidade na forma de sua totalidade.

O presente estudo se trata de uma pesquisa exploratória, que consiste na realização de levantamentos e leituras bibliográficas. Segundo Gil (2007, p.64) a “pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” acerca da temática a ser estudada com base nos respectivos autores que abordam os assuntos propostos nesta pesquisa.

A realização da pesquisa ocorreu na Escola de Ensino Médio Ananias do Amaral Vieira, situada na cidade de Mombaça/CE. Onde teve-se como sujeitos os componentes do Conselho Escolar da escola citada.

O Conselho funciona a partir da participação de toda a comunidade escolar, que por sua vez se organiza através de segmentos que estão dispostos da seguinte forma: professores, funcionários da escola, pais ou responsáveis, estudantes e o diretor da escola que se constitui como membro nato. De acordo com a direção da escola já supracitada, há na formação do Conselho o número de nove integrantes, sendo: dois professores, dois profissionais da escola, dois alunos, dois pais e um membro nato que se expressa na figura do diretor da escola.

Para realizar a presente pesquisa houve uma grande resistência por parte dos conselheiros, o que dificultou a coleta dos dados, pois a maioria destes recusou participar ou apresentou inúmeros motivos para não responder a entrevista.

Diante deste imprevisto, buscou-se conseguir um conselheiro de cada segmento para participar da entrevista. Sendo assim, tem-se um representante dos professores, um representante dos profissionais da escola, um dos alunos e um representante dos pais ou responsáveis. A escolha de um membro de cada segmento ocorreu pela própria falta de disponibilidade dos participantes do conselho, sendo assim, apenas os sujeitos apresentados se mostraram acessíveis para participar.

Cabe salientar que, de acordo com pesquisa prévia, através da coordenação da escola, não há representantes do segmento da comunidade, pois segundo a escola é um processo muito complicado a escolha do participante e não é uma obrigação à participação de todos, e sim uma sugestão. O que acaba sendo prejudicial para o Conselho, pois já nesse

momento é capaz de observar a falta de vontade da própria instituição em fazer valer a perspectiva de inclusão de todos nas decisões da escola.

Foi realizada a técnica da entrevista com roteiro semiestruturado como instrumento, que segundo Goldenberg (2004, p. 88) tem algumas vantagens ao ser utilizada como, por exemplo, “as pessoas têm maior paciência e motivação para falar do que para escrever [...] permite uma maior profundidade; estabelece uma relação de confiança e amizade entre pesquisador pesquisado, o que propicia o surgimento de outros dados.”

Em seguida, como lembra Fonseca (2002, p.70) “após a coleta dos dados o pesquisador encontra-se perante um conjunto de respostas, que necessitam ser ordenadas e organizadas, para que possam ser analisadas e interpretadas.” As análises feitas tiveram como base a abordagem qualitativa, “esse tipo de pesquisa tem por objetivo trazer à tona o que os participantes pensam a respeito do que está sendo pesquisado” (MARTINELLI, 1999, p.19) na busca de uma interpretação do fenômeno a ser estudado pelo investigador.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção são dispostas as análises e resultados da pesquisa a partir das respostas dos entrevistados, na busca de responder aos objetivos que a pesquisa se propôs a refletir com base no que os mesmos compreendem e expressam acerca do tema estudado. Mais precisamente neste caso, o objetivo central é a atuação do conselho escolar no processo democrático participativo em uma escola estadual de Mombaça/CE, como já exposto.

Desse modo, a pesquisa ocorreu com o intuito de analisar a maneira, na qual se processa o conselho da Escola de Ensino Médio Ananias do Amaral Vieira. Para tanto, buscou-se saber qual a percepção dos sujeitos acerca deste espaço de democracia participativa, para desse modo, compreender as relações que permeiam o processo de participação e como o espaço se aplica.

É importante perceber o entendimento que os sujeitos têm acerca do próprio conselho do qual fazem parte, sendo assim, ao serem questionados sobre qual a importância do Conselho Escolar para a escola, os sujeitos entrevistados responderam o seguinte:

É de suma importância, pois um conselho atuante tende a melhorar o funcionamento da escola. (entrevistado 1 – representante dos profissionais)

É fundamental para garantir a qualidade da educação, zelar pela manutenção, acompanhamento ao trabalho da gestão e envolver diretamente a comunidade nas decisões que serão tomadas. (entrevistado 2 – representante dos professores)

Para que a escola desempenhe suas funções com eficácia, é importante e necessário que tenha um Conselho Escolar competente e atuante, assegura também a participação de toda a comunidade escolar de forma democrática. (entrevistado 3 – representante dos pais ou responsáveis)

O Conselho Escolar é importante, pois é a ele que a escola recorre quando precisa tomar alguma decisão acerca de um assunto que não está no seu regulamento. Também é ele que permite a participação de todos os segmentos na gestão. (entrevistado 4 – representante dos alunos)

Com base nas falas dos entrevistados acima, percebe-se que há o entendimento da importância do conselho, porém cada conselheiro respondeu em seu âmbito de atuação. Para o representante dos profissionais, destaca-se a importância no funcionamento da escola. O representante dos professores realçou a missão institucional visando a qualidade da educação. Já o representante dos pais trouxe a democracia e a participação da comunidade como importantes para o desempenho da escola. Por sua vez, o representante dos alunos ressaltou a tomada de decisão e a participação de todos os segmentos no processo de gestão escolar.

Cada conselheiro visualiza a importância do conselho a partir da especificidade do seu segmento e baseado em sua percepção individual do que é importante, seguindo as demandas daqueles ao qual representa.

É a partir do Conselho Escolar que se possibilita a participação de todos os segmentos da comunidade escolar nos processos de decisão acerca das demandas da educação escolar. Segundo o MEC (2004) O Conselho Escolar se constitui em um lugar de participação cidadã, que promove discussões, negociações e, sobretudo, fomenta a participação e gestão democrática. Busca-se romper com a cultura patrimonialista e proporcionar uma cultura participativa e cidadã.

Os entrevistados falam sobre “participação de toda a comunidade de forma democrática”, de que o conselho “permite a participação de todos os segmentos na gestão”. No entanto, a organização do conselho em foco não se efetiva a partir da participação de todos os segmentos, pois é importante enfatizar a não participação de membros da comunidade, da sociedade por meio de movimentos e organizações sociais. Assim, há uma participação deficiente ao se tratar do conjunto da comunidade escolar que, é composta não somente por professores e alunos, mas também de pais, comunidade e funcionários da instituição.

É preciso que se compreenda que um dos principais aspectos do conselho é a participação de todos em seu espaço deliberativo, pois é premissa básica da democracia participativa que o constitui. Percebendo a necessidade de compreender como se dá a articulação entre escola e sociedade (professores, funcionários, alunos e pais ou responsáveis) no processo de participação democrática, foi questionado a cada um dos sujeitos a respeito disso e resume-se nas seguintes ponderações:

A articulação entre escola e comunidade se dá através de reuniões, comemorações, eventos e conversas, seminários e palestras. (entrevistado 2 – representante dos professores)

A participação ativa dos pais na escola é um fator muito relevante. Sendo fundamental para o bom desempenho escolar, pois esse vínculo proporciona um crescimento no rendimento dos alunos e promove uma harmonia entre família e escola. A articulação que há entre a escola e a gente é muito importante e acontece de forma muito harmoniosa e respeitosa. (entrevistada 3 – representante dos pais ou responsáveis)

Percebe-se que há uma relação harmoniosa, nós alunos tratamos a escola como sendo nossa segunda casa, onde os professores são nossos pais que nos preparam para a vida futura. É possível notar também que os estudantes têm total liberdade para conversar com o diretor, seja algum assunto escolar ou assunto extraescolar que vem a atingir no desempenho escolar do aluno. (entrevistado 4 – representante dos alunos)

Ao refletir acerca do exposto, entende-se que a relação criada entre escola, pais e alunos é como os mesmos apontam: harmoniosa e com base no respeito. Isso mostra que existe uma abertura de contato, de proporcionar a família e aos alunos a vivência escolar não somente no tocante a aulas e conteúdos, mas aproximá-los da realidade das demandas e discussões escolares. O que impacta diretamente no processo democrático da escola.

Ainda ao encontro com as informações relacionadas à participação da família e alunos, têm-se a seguinte fala de um entrevistado:

A participação ativa dos pais na escola é um fator muito relevante. Sendo fundamental para o bom desempenho escolar, pois esses vínculos proporcionam um crescimento no rendimento dos alunos e promove uma harmonia entre família e escola. (entrevistado 3 – representante dos pais ou responsáveis)

Logo, é possível inferir que a família deve ser vista como uma aliada da escola, pois possibilita o fortalecimento dos vínculos entre toda a comunidade escolar, e gera um melhor rendimento dos alunos. Segundo Dessen e Polonia (2007, p.29) As instituições família e escola são dois espaços de grande desenvolvimento humano. Portanto, “é fundamental que sejam implementadas políticas que assegurem a aproximação entre os dois contextos, de maneira a reconhecer suas peculiaridades e também similaridades, sobretudo no tocante aos processos de desenvolvimento e aprendizagem”.

A importância de se fortalecer o conselho com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar é de significativa importância, não somente por ser um espaço de efetivação da democracia participativa, mas pela relevância de tornar possível a construção e fortalecimento de famílias e alunos em uma percepção crítica e cidadã, no qual deve haver a preservação de conceitos libertadores e que proporcionem aos alunos e familiares a compreensão do movimento da realidade da qual estão inseridos. Percebendo suas contradições e desafios para efetivação de direitos e da simples participação.

Acerca desta participação, os entrevistados têm as seguintes percepções:

A participação da comunidade escolar é importante, pois se tem a oportunidade de ficar por dentro dos acontecimentos internos da escola. (entrevistado 1 – representante dos profissionais)

A importância da participação é no sentido de unificar os objetivos e ações fazendo com que a comunidade sinta-se necessária a sua efetiva participação. (entrevistado 2 – representante dos professores)

A participação no conselho é muito importante, o papel dos pais no conselho é de fundamental importância para assegurar a democratização da escola, pois permite os mesmo acompanharem de forma significativa o processo educacional. (entrevistado 3 – representante dos pais ou responsáveis)

É importante ser conselheiro para que tomemos conhecimento de tudo que está acontecendo na escola e no núcleo gestor. O Conselho Escolar aproxima seus membros das ações da escola. (entrevistado 4 – representante dos estudantes)

A escola é um dos espaços da sociedade que tem a função de auxiliar e preparar os alunos em um processo de conhecimento, adaptação, formação de consciência. Dito isto, é importante mais uma vez que se reforce a real necessidade de se fomentar no ambiente escolar a participação popular, debates, divulgação de informações, socialização de direitos, cultura, esporte, e não somente a educação formal que não fortalece a relação professor e aluno como um meio de contribuição a criticidade do sujeito e inserindo-o em perspectivas de construção de consciência cidadania.

Diante do que já foi apresentado, é possível conhecer mais detalhadamente como se processam as relações no âmbito do Conselho Escolar e compreender como se efetiva o espaço democrático participativo. No entanto, é preciso que se possam identificar quais as dificuldades que os conselheiros vivenciam na efetivação desse espaço e como isso incide no Conselho Escolar. Para responder a esse questionamento, os entrevistados deram as seguintes respostas:

A disponibilidade dos próprios indivíduos. (entrevistado 1 – representante dos profissionais)

A participação atuante dos membros do conselho. (entrevistado 2 – representante dos professores)

Diante da situação do nosso Conselho Escolar, vejo que poderíamos ser mais atuantes. Na maioria das vezes por motivo de agenda de trabalho não conciliamos esses horários e então deixamos de desempenhar tão bem esse importante papel. (entrevistado 3 – representante dos pais ou responsáveis)

A reunião dos conselheiros é a maior dificuldade, pois seus membros se encontram bastante ocupados e acabam deixando o conselho de lado. É preciso que os membros tenham vontade de participar. (entrevistado 4 – representante dos alunos)

A maior dificuldade apresentada pelos entrevistados é a questão de interesse por parte dos próprios conselheiros em participarem e se mostrarem membros ativos do Conselho Escolar. Segundo Ramos (2014) os motivos principais para a falta de engajamento dos pais no conselho, podem ser falta de tempo, incerteza em relação ao funcionamento do conselho, reuniões que ocorrem em horários que, impossibilitam a participação e a própria falta de informação sobre a função do conselho e de seus conselheiros. Assim, com o descrédito que o senso comum e a falta de informação transmitem, a presença da família é ainda frágil e precisa ser fortalecida pela própria escola.

Visto isto, e compreendendo a importância de ter a participação efetiva de toda a comunidade escolar no processo democrático participativo, advindo dos espaços de controle social, e se materializando por meio do Conselho Escolar, se faz necessário indagar aos sujeitos aqui referenciados, se a Escola Ananias do Amaral tem como característica uma gestão democrática e participativa, se a mesma pode ser considerada um espaço de fato democrático. Para tanto, obteve-se as seguintes respostas:

Muito embora a participação não seja tão efetiva a gestão tenta descentralizar as informações. [...] na minha concepção uma gestão democrática contribui e é necessária para a realização de um bom trabalho tanto docente quanto discente, pois cada indivíduo tem a oportunidade de desenvolver suas habilidades. (entrevistado 1 – representante dos profissionais)

Na maioria das vezes não desenvolve uma gestão democrática por “N” fatores. O que considero mais fortes são a falta de conhecimento, cidadania e o próprio sistema. (entrevistado 2 – representante dos professores)

Considero o Conselho Escolar que participo muito democrático, onde atua com muita responsabilidade e competência nas decisões relevantes da escola. (entrevistado 3 – representante dos pais ou responsáveis)

A escola se faz com alunos, professores, núcleo gestor e funcionários, toda decisão tomada irá refletir em todos esses, então é importante que todos opinem sobre o que desejam para si. Podemos notar que os estudantes têm total liberdade para conversar com o diretor, seja algum assunto escolar ou assunto extraescolar que venha a atingir no desempenho escolar do aluno. (entrevistado 4 – representante dos alunos)

Como se pôde perceber, a fala dos sujeitos demonstra uma gestão democrática da escola, na maioria das opiniões, pois há diálogo, existe a descentralização de informações, a liberdade para contatar a direção. Nesta perspectiva, há uma democratização a partir da participação do Conselho Escolar. No entanto, um dos sujeitos entrevistados afirma não ser na maioria das vezes que isso ocorre, pois existem questões para além da realidade prática, envolvendo todo um sistema que dificulta o acesso, o conhecimento e afeta a própria cidadania.

Diante do exposto, percebe-se que a democracia participativa vem no sentido de incluir todos os segmentos que, por origem fazem parte do conselho, característica importante dos espaços deliberativos e consultivos como nos conselhos, é premissa básica que deve ser cumprida.

Desse modo, é importante que a escola reveja a inclusão dos segmentos que faltam para o corpo de conselheiros. É essencial, portanto, que a instituição busque proporcionar a inclusão de conselheiros representando todos os segmentos que fazem parte da comunidade escolar.

É preciso que se proponha, diante do contexto apresentado, que o conselho e os conselheiros passem por uma redefinição de prioridades. É interessante ressaltar a necessidade também de formações não somente com os conselheiros, mas também com toda a comunidade escolar, para que se saiba o que é, para que serve, as atribuições e deveres do ConselhoEscolar.

Desse modo, é necessário que haja o fortalecimento do conselho e de seus conselheiros, visando à construção de um órgão democrático e que conte com a participação de todos os segmentos constitutivos do mesmo. Só com formações, capacitações e momentos voltados para a construção de um perfil crítico de conselheiro, é que se pode esperar que os mesmos saibam seu papel e como desenvolvê-lo de forma efetiva.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo central analisar a atuação do Conselho Escolar no processo democrático participativo em uma escola estadual de Mombaça/CE. Para tanto, buscou-se alcançar os seguintes objetivos específicos: Identificar as dificuldades vivenciadas pelo conselho escolar; Verificar a articulação entre escola e sociedade no processo de participação democrática; Compreender a percepção da comunidade escolar acerca da importância da participação no conselho escolar e, por fim, perceber se a escola aqui estudada pode ser considerada um espaço democrático.

A pergunta que norteou o trabalho foi como ocorre a atuação do Conselho Escolar no processo democrático participativo em uma escola? Para tanto, realizou-se uma pesquisa com os representantes do Conselho Escolar da referida escola, constituído por conselheiros representantes dos segmentos de alunos, pais, professores e profissionais da instituição.

Ao concluir a presente pesquisa, foi possível perceber a realidade de um Conselho Escolar a partir de seu funcionamento, bem como compreender um pouco do entendimento do conselho na visão dos próprios conselheiros.

Ao delimitar os objetivos específicos foi possível respondê-los a partir das entrevistas com os sujeitos, nas quais se inferiu que as dificuldades sentidas pelo conselho dizem respeito à própria falta de compromisso dos conselheiros. Foi possível compreender diante da fala dos entrevistados, que não há uma efetiva disponibilidade dos mesmos. Há uma dificuldade em marcar reuniões. Portanto, a atuação não efetiva dos participantes resume-se a maior dificuldade apontada.

Percebeu-se que a aplicação do conselho é deficitária no sentido de democratizar o espaço público a partir da inserção e atuação de todos os sujeitos e segmentos que deveriam fazer parte do Conselho Escolar. No entanto, a maioria das falas dos entrevistados permitiu compreender que minimamente a escola possibilita que, aqueles que atuam no conselho tenham acesso a gestão escolar.

A articulação entre escola e sociedade representada por meio dos pais, professores, alunos e demais membros da instituição é constituída com base no respeito e aproximação harmoniosa. Há de fato uma articulação estabelecida pelos pais e alunos que participam do conselho e estão cientes das demandas da escola. O contato com a gestão escolar ocorre de forma horizontal, há uma descentralização das informações.

Os conselheiros que participaram como sujeitos da pesquisa demonstram compreender a importância da participação no Conselho Escolar, mesmo que em outros

momentos apontem como dificuldade a falta de compromisso e de conselheiros atuantes. Mesmo assim, mostram compreender a necessidade de se instituir um conselho que seja efetivo em suas demandas e funções.

Outro ponto a ser percebido é que a escola lócus da pesquisa é considerada pela maioria dos sujeitos participantes, uma escola democrática, pois há o acesso às informações, aos espaços de discussões e o fácil acesso a gestão. No entanto, uma crítica que deve ser pontuada é no que se refere a participação de todos os segmentos que devem compor um Conselho Escolar, e isso não é um ponto que se efetiva na instituição, haja vista não se ter representantes da sociedade e de organizações e movimentos sociais, como já mencionado anteriormente.

Por fim, a aplicação do espaço democrático na instituição de ensino, ocorre com certas dificuldades, mas também com avanços significativos. O que mostra a importância de seguir com o conselho e lutar pelo seu fortalecimento e principalmente que toda a comunidade escolar esteja engajada na luta pela permanência dos espaços democráticos de direito, e ainda que, estejam preparados para ocupar estes espaços.

Ao encerrar o processo de pesquisa com os objetivos momentaneamente respondidos, é necessário frisar que, toda pesquisa de cunho social que busca responder a questionamentos a partir do estudo de uma determinada realidade, nunca está de fato concluída, pois, toda vivência do real está inserida num processo contínuo de mudanças, haja vista que os processos são reconstruídos, transformados e o que hoje poder ser visto como verdade, amanhã pode não fazer parte da realidade concreta.

Dito isto, é preciso compreender que inúmeras outras pesquisas podem ser gestadas a partir do que foi discutido até então. A realidade nunca se esgota e os estudos sobre a temática dos conselhos como instâncias de controle social e Conselhos Escolares como efetivação de participação cidadã, são assuntos que gerarão posteriores questionamentos e deve ser objeto para outros trabalhos científicos que visem fortalecer a bandeira da democracia participativa.

REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, Rodrigues Carlos. **O Que é Educação**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: SenadoFederal, 1988.
- BRASIL, **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, 23 dez.1996.
- BRAVO, Maria Inês Souza & CORREIA, Maria Valéria Costa. **Desafios do controle social na atualidade**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 109, p. 126-150, jan./mar. 2012
- DALBERIO, Maria Célia Borges. **Gestão democrática e participação na escola pública popular**. Revista Iberoamericana de Educación ISSN: 1681-5653 n.º 47/3– 25 de octubre de 2008
- DURIGHETTO, M. L. **Sociedade civil e democracia: um debate necessário**. São Paulo: Cortez, 2007
- EDUCAÇÃO, Ministério da. **Conselhos Escolares: Uma estratégia de gestão democrática da educação pública**. Brasília – DF: Novembro de 2004.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- GOHN, Maria da Gloria. **Conselhos populares e participação popular**. Serviço Social & Sociedade (34). São Paulo: Cortez,1990.
- GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- IAMAMOTO, M.V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.
- MACENO, Talvanes Eugênio. **(im)possibilidades e limites da universalização da educação sob o capital**. Maceió, 2005. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal de Alagoas – Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação.
- MARTINELLI, Maria Lúcia. (org.). **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras Editora,1999.
- PAIVA, Rodrigo Márcio Medeiros. **O controle social na administração pública: Propostas para estruturar e estimular o seu desenvolvimento**. Disponível em: https://bvc.cgu.gov.br/bitstream/123456789/2997/1/o_controle_social_na.pdf. Acesso em:06/10/2018
- PASSOS, Luiz Augusto. **Educação Popular: um projeto de rebeldia e alteridade**. Revista de Educação Pública, Cuiabá/MT, v.6, n. 3, p.05-8, maio-ago.2007.

POLÔNIA, A.da C.; DESSEN, M. A. **Em busca de uma compreensão das relações entre família escola.** PsicologiaEscolar e Educacional, Campinas, v. 9, n. 2, p. 303-312, dez.2007.

RAICHELLIS, Raquel. **O Controle Social Democrático na Gestão e Orçamento Público 20 Anos Depois** IN: O Controle Social e a Consolidação do Estado Democrático de Direito Conselho Federal de Serviço Social - CFESS (organizador) Brasília,2011.

RAMOS, Daniela Karine. **Os Conselhos Escolares como espaço formativo à cidadania.** In: Conselho Escolar e Gestão Democrática: contribuições de uma formação para cidadania. Nova Harmonia. Nova Petrópolis:2014.

VEIGA, Ilma Passos A. **Projeto Político-Pedagógico da Escola Uma construção possível.** Papirus Editora. Rio de Janeiro: 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS PROFISSIONAIS

1. O que você entende por controle social?
2. Em sua opinião a escola desenvolve uma gestão democrática participativa?
3. Qual a importância do Conselho Escolar para a escola?
4. Para você, enquanto sujeito, qual a importância da participação?
5. Como se dá a articulação entre escola e comunidade (pais ou responsáveis, alunos e comunidade em geral)?
6. Quais as dificuldades existentes para a efetivação do conselho?
7. O que você acha que poderia mudar para incentivar a participação e o próprio trabalho desenvolvido pelo conselho?
8. Qual a contribuição que uma gestão democrática tem para a qualidade do ambiente escolar?

APÊNDICE B

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PAIS OU RESPONSÁVEIS

1. Qual a importância do Conselho Escolar para a escola?
2. E para você enquanto sujeito, qual a importância dessa participação?
3. Em sua opinião a escola desenvolve uma gestão democrática participativa?
4. Você acha importante a participação dos pais no processo da gestão escolar participativa? Você acha que são ouvidos pela escola?
5. O que você considera como dificuldades do Conselho Escolar e o que poderia ser feito para ocorrer mudanças?
6. O que poderia ser feito para melhorar a participação dos demais pais na escola?

APÊNDICE C

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM ESTUDANTES

1. Qual a importância do Conselho Escolar para a escola?
2. E para você enquanto sujeito, qual a importância dessa participação?
3. Como você percebe a relação entre os estudantes e os professores e demais profissionais da escola?
4. No dia-a-dia, você percebe que há uma interação entre os estudantes e o núcleo gestor/professores no intuito de inserir os estudantes nas decisões tomadas? Você participa das decisões?
5. Como vocês enquanto estudantes se organizam para levar as suas demandas ao núcleo gestor? Como isso se dá?
6. Você acha importante a participação dos estudantes nas decisões tomadas pela escola? Vocês são ouvidos pela escola?
7. O que poderia ser feito para melhorar a participação dos demais estudantes na escola?
8. O que você considera como dificuldades do Conselho Escolar e o que poderia ser feito para ocorrer mudanças?

APÊNDICE D



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA
INSTITUTO DE CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM GESTÃO PÚBLICA**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Convidamos o(a) Sr.(a) para participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada **CONSELHO ESCOLAR: LIMITES E POSSIBILIDADES DE UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA PARTICIPATIVA** que está sob a responsabilidade da pesquisadora Marta Maria Nogueira Cavalcante, estudante do curso de pós-graduação lato sensu em Gestão Pública pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB *campus* Piquet Carneiro e está sob orientação da Prof^a Vanessa Ingrid da Costa Cardoso.

A pesquisa tem como objetivo analisar a atuação do Conselho Escolar no processo democrático participativo em uma escola estadual de Mombaça/CE. Solicitamos a sua colaboração para participar da pesquisa, como também sua autorização para apresentar e publicar os resultados deste estudo em eventos científicos. Quando da publicação dos resultados serão preservadas as condições de sigilo, a identidade do(a) entrevistado(a) será protegida e o material transcrito ficará sob a guarda da pesquisadora responsável.

A pesquisa não acarretará nenhuma despesa ou riscos previsíveis ao(a) participante. Você poderá recusar a continuidade da participação em qualquer momento sem que isso acarrete penalidade ou constrangimento por parte da pesquisadora e da instituição. Para a coleta de dados serão utilizadas entrevistas individuais.

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIA
Eu, _____ abaixo assinado, após a leitura deste documento e ter tido a oportunidade de ter esclarecido as minhas dúvidas concordo em participar do estudo, **CONSELHO ESCOLAR: LIMITES E POSSIBILIDADES DE UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA PARTICIPATIVA**, como voluntário(a). Fui devidamente esclarecido(a) pela pesquisadora sobre as pesquisas e os procedimentos. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.
Local e data _____

Assinatura

do

participante

